

# MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

*Nildo Viana*

[nildoviana@terra.com.br](mailto:nildoviana@terra.com.br)

O mundo moderno é palco de um confronto de ideologias, opções políticas e concepções que são derivadas das lutas de classes. Tal confronto se encontra também no que se refere ao significado dos conceitos e palavras. A palavra modernidade não escapa a esta condição e se presta a muitos equívocos e definições. O presente texto tem como objetivo, partindo da concepção marxista, analisar os significados dos termos modernidade e pós-modernidade.

Ao moderno se contrapõe o arcaico, o tradicional, o atrasado. Na verdade, em termos marxistas, todas as concepções do que é arcaico remete este às sociedades pré-capitalistas ou não-capitalistas, identificando, portanto, modernidade e capitalismo. A concepção marxista de modernidade também aponta para esta conclusão, sem, contudo, contrapor tal termo a outros (arcaico, tradicional, atrasado) na busca ideológica de provar a “superioridade” do modo de produção capitalista em relação aos demais modos de produção, tal como o faz as ideologias burguesas.

O que caracteriza a modernidade? Podemos dizer que é a mercadoria, *tal como é produzida em nossa sociedade*. A *produção capitalista de mercadorias* revela uma relação de exploração e dominação de uma classe social por outra. O processo capitalista de produção de mercadorias é um processo de *produção de mais-valor*, tal como Marx o demonstrou (Marx, 1988). O capitalista compra a força de trabalho e a utiliza no processo de produção. A força de trabalho acrescenta valor às mercadorias e apenas uma parte desse valor acrescido retorna as suas mãos, sob

a forma de salário, que é o preço da força de trabalho pago pelo capitalista. Como o trabalhador produziu mais do que recebeu e o capitalista ficou com este mais-valor acrescido à mercadoria e não recebido pelo trabalhador, aí reside a exploração capitalista. Tal exploração é proporcionada pela dominação que a classe capitalista exerce sobre a classe operária no processo de produção.

Há, na relação entre capitalistas e trabalhadores, uma incessante produção de mais-valor. Este mais-valor se realiza no mercado através do consumo das mercadorias pela população. Este é o fundamento da modernidade. É deste fundamento que deriva todas as outras características da modernidade. Basta observar que o processo de produção capitalista exige a grande indústria que é instalada na cidade, o desenvolvimento tecnológico (devido à competição dos capitais individuais, a necessidade de ampliação constante do mercado consumidor e a tendência à queda da taxa de lucro médio), a necessidade de controlar e administrar minuciosamente o processo de trabalho. Aqui se revelam várias características secundárias da modernidade e que podem ser expressas por termos bastante utilizados pelas ciências humanas: industrialização, urbanização, desenvolvimento tecnológico acelerado, racionalização, burocratização.

Mas a modernidade possui outras características, que também são derivadas das relações de produção capitalistas. A dominação e exploração da classe trabalhadora provocam a resistência desta e a luta de classes. A

classe capitalista busca manter sua dominação através da repressão, da ideologia, do imaginário, da criação de instituições que buscam integrar o proletariado na sociedade burguesa. A partir disto observamos novas características da modernidade: ideologização, institucionalização, estatização, violência, luta de classes entre burguesia e proletariado em todas as esferas da vida social. Novamente se vê aí outras raízes do fenômeno da burocratização que se expande para a sociedade civil.

A mercadoria é vendida no mercado, onde se realiza o mais-valor e isto cria a necessidade do consumo e a transformação de tudo em mercadoria. Torna-se necessário, devido à tendência da queda da taxa de lucro médio e a competição entre empresas capitalistas, a incessante reprodução ampliada do mercado consumidor. Isto faz com que do meio-ambiente seja extraído cada vez mais matéria-prima, criando uma devastação ambiental sem limites. Estes fatos nos apresentam mais algumas características da modernidade: mercantilização, consumismo, modas sucessivas, destruição ambiental em escala nunca vista antes na história da humanidade.

Muitas outras características da modernidade, tal como o cientificismo, a especialização, etc., que são derivadas das relações de produção capitalistas poderiam ser acrescentadas, mas nos limitaremos a estas. Além disso, e como elemento fundamental da modernidade, está a luta de classes, que é o seu fundamento – a produção de mais-valor é expressão da luta de classes e gera a luta de classes na produção, que se dá em torno do mais-valor – e se generaliza e espalha por toda a sociedade, envolvendo as classes fundamentais (burguesia e proletariado) e demais classes (burocracia, intelectualidade, campesinato, etc.) e frações de classes.

Enfim, a modernidade pode ser compreendida como o período histórico marcado pelo predomínio do modo de produção capitalista e a modernização como o processo de desenvolvimento da modernidade.

Neste sentido, o processo de modernização significaria tão-somente a implantação do modo de produção capitalista e das demais relações sociais que lhe acompanham e seu desenvolvimento, o que significa o aprofundamento, intensificação, de elementos já presentes na essência do capitalismo. A modernização é este processo de aprofundamento e intensificação da modernidade, com suas contradições e crises.

O que significa falar de modernidade nos dias atuais? Significa observar a atual configuração do capitalismo mundial e suas contradições. A modernidade atual é a atual fase de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, a contemporaneidade. O desenvolvimento capitalista é marcado por lutas de classes que geram formas determinadas em cada uma de suas fases, o que repercute em todas as instâncias sociais. Porém, há um elemento fundamental no processo de desenvolvimento capitalista, que é a luta em torno do mais-valor e a acumulação capitalista. A luta em torno do mais-valor é cotidiana, constante, e se dá no espaço concreto das relações de produção, da unidade de produção, na fábrica, na construção civil, ou seja, em todos os lugares onde ocorre extração de mais-valor. Ela acaba se solidificando em determinada correlação de forças, instaurando determinadas formas de extração de mais-valor, concretizadas em formas de organização do trabalho, tal como se vê no taylorismo, fordismo, toyotismo. Além da produção de mais-valor é necessário sua realização, sua repartição, etc., o que produz a necessidade de controle e regularização e,

desta forma, determinada correlação de forças no processo de produção, aliada com determinada correlação de forças em geral na sociedade civil, temos uma formação estatal e relações internacionais estabelecidas, que constituem um determinado regime de acumulação (Viana, 2009; Viana, 2003). A história da modernidade, ou seja, do capitalismo, é a história da sucessão de regimes de acumulação, ou seja, formas consolidadas e relativamente estabilizadas das lutas de classes.

Até aqui nos limitamos a discutir o conceito de modernidade. Nosso objetivo, no entanto, é discutir o outro termo, o de pós-modernidade. Cabe, então, esclarecer o significado da expressão “pós-modernidade” e o que este fenômeno representa. A partir do reconhecimento da identidade entre capitalismo e modernidade e da constatação óbvia de que o capitalismo ainda não foi superado, observamos que as sociedades contemporâneas não são “pós-modernas” e sim modernas. Não é difícil reconhecer que a produção de mais-valor continua, bem como a sociedade continua comandada pela produção industrial, continua urbana, mercantil, burocrática, racionalizada, consumista, etc.

Mas resta explicar, então, o que significa a ideologia pós-moderna. Existe um rompimento real entre a ideologia moderna (burguesa) e a ideologia pós-moderna? Para responder a esta questão teríamos que tratar de outros aspectos da modernidade e após isto voltar ao nebuloso mundo das ideologias.

Algumas características da modernidade, tais como o desenvolvimento tecnológico acelerado, a constante criação e recriação do mercado consumidor, entre outras, deixam entrever uma das mais importantes facetas deste período histórico e que pode ser resumida da seguinte forma: “a burguesia não pode

existir *sem revolucionar constantemente os meios de produção* e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais. (...). A revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e incerteza distinguem a época burguesa de todas precedentes. Suprimem-se todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de preconceitos e idéias antiquadas e veneradas; antes mesmo de se consolidar. Tudo o que era sólido se evapora no ar, tudo que era sagrado é profanado, e por fim o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações com a espécie” (Marx e Engels, 1978, p. 96-97).

A idéia de tempo e de mudança se une com a idéia de velocidade. O desenvolvimento histórico sob o capitalismo é tão veloz que dá a impressão de que as sociedades pré-capitalistas são estáticas, “sem história”, tal como na ilusão da maioria dos antropólogos sobre as sociedades indígenas. Nesse torvelinho se vê, ao mesmo tempo, continuidade e descontinuidade, mudanças e permanências.

O que significa isto? Significa que as mudanças que ocorrem no capitalismo são mudanças em sua forma e expressam os seus períodos de desenvolvimento histórico. O seu conteúdo, ao contrário, permanece o mesmo. Qual é este conteúdo? A produção de mais-valor pelo proletariado e sua apropriação pela burguesia, ou seja, a luta entre estas duas classes sociais. As mudanças que ocorrem no mundo moderno são mudanças no interior do modo de produção capitalista e apontam, devido suas contradições, para uma transformação radical de seu próprio conteúdo, isto é, para a abolição do capitalismo.

Tal tendência histórica brota de suas próprias contradições, ou seja, da

luta da classe capitalista e da classe trabalhadora e de todos os conflitos sociais derivados desta luta. Disto tudo se conclui que as mudanças no capitalismo representam períodos históricos deste, o que significa uma manifestação simultânea da continuidade (do modo de produção capitalista) e da descontinuidade (no modo de produção capitalista), que se manifesta nos regimes de acumulação<sup>1</sup>. Além disso, percebe-se, conseqüentemente, que as principais mudanças ocorrem nas relações de produção e distribuição e daí se espalham para as demais esferas da vida social.

O que vem ocorrendo no que diz respeito ao modo de produção capitalista? Nos meios acadêmicos, políticos e até mesmo nos meios oligopolistas de comunicação, usam-se termos como “globalização”, “reestruturação produtiva”, “terceirização”, “neoliberalismo”, “fim do socialismo”, “fim do estado-nação”, “sociedade pós-industrial”, “pós-modernidade”, “pós-fordismo”, etc. Começamos pela chamada “reestruturação produtiva”. O termo “reestruturação” é um tanto quanto exagerado, pois a estrutura produtiva não foi alterada em sua estrutura. No que se refere às relações de trabalho, existe uma tendência em se falar de “crise do fordismo” e em “pós-taylorismo” e “pós-fordismo” e assim postular uma mudança radical no processo de trabalho. Tal tese se sustenta numa análise superficial das formas de organização do trabalho.

O taylorismo se caracteriza por ser a forma de organização do trabalho criada pela burguesia a partir de um estágio superior de seu desenvolvimento capitalista. Que estágio é este? É o estágio onde a luta operária impôs a estabilização da jornada de trabalho e desta forma impediu o

aumento de extração de mais-valor absoluto. A partir desse momento, a classe capitalista forjou a “organização científica do trabalho” (taylorismo), com o objetivo de aumentar a produção no interior de um mesmo período de tempo (a jornada de trabalho estabelecida), ou seja, de aumentar a produtividade, o que é equivalente ao aumento de extração de mais-valor relativo. Isto significou a passagem do regime de acumulação extensivo para o regime de acumulação intensivo.

Um conjunto de processos organizativos foi criado para realizar tal façanha. A gerência científica significa a criação de uma camada de especialistas (os gerentes) voltados para o controle, a vigilância e a organização do processo de trabalho buscando evitar desperdício de tempo, maior rendimento, etc. Cria-se, assim, uma racionalização do processo de trabalho. Em síntese, o taylorismo, tal como o concebemos, se caracteriza por ser um processo de controle da força de trabalho através da racionalização e dos gerentes especializados em planejar minuciosamente a execução das tarefas e aplicar tal racionalização (que se caracteriza por medir, calcular, normatizar, o processo de trabalho) objetivando o aumento de produtividade.

As formas de organização do trabalho posteriores são apenas aplicações do taylorismo às novas necessidades do modo de produção capitalista, ou seja, não existe nenhum “pós-taylorismo”. O fordismo, por exemplo, é apenas uma adaptação do taylorismo à produção em massa, o que provoca algumas alterações formais, mas não muda a essência do taylorismo. Ele é instaurado em outro contexto histórico, marcado por nova correlação de forças entre as classes sociais, ou seja, em um novo regime de acumulação, o intensivo-extensivo, e que é acompanhado por uma nova organização estatal, o estado integracionista e novas relações

---

<sup>1</sup> Sobre a periodização do capitalismo e os sucessivos regimes de acumulação, cf. Viana, 2009.

internacionais, o imperialismo oligopolista transnacional.

O toyotismo, por sua vez, realiza uma adaptação do taylorismo à nova situação histórica. Que situação é essa? Trata-se de uma situação onde a luta de classes ganha contornos novos, onde há uma ofensiva da classe capitalista provocada pela queda da taxa de lucro médio e pela competição oligopolista internacional. O Japão pós-segunda guerra mundial precisou fazer um esforço gigantesco, caracterizado pela superexploração da força de trabalho, para reerguer a produção nacional. Foi desta forma que o Japão se tornou uma “superpotência” no interior da competição internacional. O “modelo japonês” implementado a partir do pós-guerra passa a ser aplicado nos demais países devido à situação atual marcada pela taxa declinante de lucro e pela competição oligopolista internacional, onde o Japão assume uma posição privilegiada e graças ao seu êxito começa a ser copiado por diversos outros países.

A tendência à queda da taxa de lucro médio provoca, juntamente com outros fatores, uma corrida pelo desenvolvimento tecnológico, um aumento da taxa de exploração do trabalhador, uma busca incessante de reprodução ampliada do mercado consumidor, uma ofensiva da classe capitalista em várias frentes ao mesmo tempo. Tais características surgem, inicialmente, nos países capitalistas superdesenvolvidos (EUA, Japão, Europa Ocidental) e se espalha pelo resto do mundo, atingindo, assim, os países capitalistas subordinados.

Este fenômeno de difusão mundial ocorre a partir da ascensão do modo de produção capitalista, onde o “centro” impõe as relações de produção capitalistas e seus derivados e, uma vez isto estando concretizado, irradia para o resto do mundo também as suas alterações formais. Desta forma,

podemos dizer que após este período de consolidação mundial do capitalismo surge um processo de irradiação das transformações do capital e de suas formas de regularização para o resto do mundo, o que significa que o capitalismo muda de forma inicialmente nos países superdesenvolvidos e depois “exporta” estas mudanças para os países subordinados. Isto gera uma maior uniformização do capitalismo mundial.

Há muitas décadas o modo de produção capitalista se tornou o modo de produção dominante em todos os países do mundo e daí se observa que o que se chama hoje de “globalização” não passa de uma continuidade da expansão do capitalismo dos seus centros mais desenvolvidos para as regiões menos desenvolvidas. Entretanto, ao contrário do que pretendem os ideólogos da burguesia, trata-se de uma expansão marcada pelo signo da subordinação e exploração, tal como sempre foi. Neste sentido, a afirmação de Marx segundo a qual o país mais avançado mostra o caminho que será seguido pelos países mais atrasados é perfeitamente correta (Marx e Engels, 1978). O que podemos observar é que o termo “globalização” ofusca o caráter capitalista da atual expansão mundial e, conseqüentemente, as suas contradições e conseqüências (Viana, 2009). Tal expansão expressa uma nova fase da luta de classes, marcada pela ofensiva capitalista e pela ameaça proletária de radicalização, ou seja, caracterizada por uma situação de pré-crise<sup>2</sup>. Trata-se de um deslocamento

<sup>2</sup> Pré-crise significa uma situação onde a luta de classes ainda não assumiu a radicalidade suficiente para marcar o surgimento de um novo período revolucionário, mas que apresenta como tendência mais forte uma radicalização neste sentido. Nestes momentos históricos, a burguesia e suas expressões ideológicas e políticas avançam e se organizam (basta vermos os exemplos da ascensão do neo-fascismo, neonazismo, etc., que representam a extrema-direita, juntamente com suas correntes mais “moderadas”, embora contendo certas

de determinados aspectos da luta de classes que até então eram específicas do capitalismo superdesenvolvido para o capitalismo subordinado e vice-versa, já que há um aumento da exploração, o que não ocorre sem contradições, tendo em vista o significado disto para os últimos<sup>3</sup>.

O neoliberalismo e a ideologia do fim do estado-nação são expressões ideológicas de uma realidade pouco compreendida. O neoliberalismo é uma ideologia que faz parte da ofensiva do capital e que não se concretiza totalmente na realidade, mas apenas

---

semelhanças, tal como o neoliberalismo) antes que a classe operária e suas expressões se organizem (podemos já vislumbrar um crescimento das forças de extrema-esquerda, representada hoje pelo anarquismo revolucionário, pelo marxismo autogestionário, etc., e também um processo político interior à classe operária que aponta para a sua autonomização e, por conseguinte, sua ruptura com as instituições burguesas e burocráticas). Claro que aqui se trata de uma pré-crise do capital, e não de outras formas de crise, que é um conceito universal (sobre isso veja: Viana, 2007). Obviamente que uma crise do atual regime de acumulação pode se tornar uma crise do capitalismo, desde que as lutas sociais assumam a radicalidade de questionar as relações de produção capitalistas.

<sup>3</sup> Aqui ocorre, por exemplo, uma visão aparente do fenômeno do “fim da classe operária” ou sua “integração”, ou seja, ideologias européias e norte-americanas que são exportadas para o capitalismo subordinado e, nestes, novos agentes sociais de mudança, ilusoriamente, substituem o proletariado e daí se pode perceber a razão da nova influência em certos setores de militância política da Escola de Frankfurt, Antonio Negri, Foucault, etc. Porém, devido ao fato destas ideologias terem sido produzidas em países imperialistas, com relativa estabilidade política, com maior integração da classe operária e outros grupos oprimidos, etc., acabam ganhando maior radicalidade no capitalismo subordinado, pois os altos índices de pobreza, etc., além da própria característica geral do novo regime de acumulação que busca aumentar o processo de exploração, não permite uma mera reprodução de ideologias em contradição com a realidade, além das lutas ideológicas e culturais que as atingem.

parcialmente. A política neoliberal é expressão do predomínio dos interesses do capital oligopolista (transnacional e nacional) no estado capitalista e mantém uma unidade com outras estratégias ofensivas do capital, tal como o toyotismo, e facilita a sua ação destruidora. O fim do estado-nação, por sua vez, não passa de uma ficção. O capital precisa do estado-nação, por diversos motivos, entre os quais a sua necessidade de repressão dos movimentos de contestação, de produção de ideologia, de assegurar os interesses do capital nacional, entre outros (Viana, 2003). O que ocorre é, na verdade, um peso maior nas decisões a nível nacional e mundial por parte do capital transnacional de acordo com a lógica complementar da necessidade de aumento geral da exploração (aumento de extração de mais-valor, absoluto e relativo), inclusive a nível internacional, no qual os países de origem do capital transnacional buscam aumentar a exploração interna e externa, gerando o neo-imperialismo hegemônico pelos Estados Unidos. Assim, a modernidade atual, a contemporaneidade, é marcada pela instauração de um novo regime de acumulação, que marca uma renovação do processo de valorização com a busca de aumento da extração de mais-valor absoluto e relativo, pela nova forma estatal que é o estado neoliberal e por novas relações internacionais, caracterizada pelo neo-imperialismo (Viana, 2009).

Inúmeras outras ideologias políticas se espalham pelo mundo e como não é possível, neste espaço, tratar de todas, nos limitaremos a tratar de apenas mais uma, que é a tese do fim do socialismo. A derrocada dos países do Leste Europeu e da URSS fornece o fundamento para a tese do fim do socialismo. Em primeiro lugar, dificilmente se poderia sustentar, da perspectiva do proletariado, que estes

países eram socialistas. Podemos dizer que, tal como muitos críticos da sociedade soviética vêm colocando desde a década de 1920, o regime existente na Rússia (e, posteriormente, Leste Europeu, China, Cuba, etc.) é, na verdade, capitalista. Portanto, se algo chegou ao fim não foi o socialismo e sim o capitalismo de estado.

Em segundo lugar, as razões da crise do capitalismo estatal se encontram na sua incapacidade de acompanhar o desenvolvimento tecnológico acelerado dos países capitalistas superdesenvolvidos e sua impossibilidade de conseguir incentivar os trabalhadores a aumentarem o seu rendimento no processo de trabalho e isto tudo provoca uma impossibilidade de aumentar a produtividade (extração de mais-valor relativo) no mesmo ritmo que os países capitalistas superdesenvolvidos. Daí a crise do capitalismo estatal e deste modelo burocrático e ditatorial de pseudo-socialismo.

Estas são algumas das principais características da modernidade em sua atual fase. Outros aspectos, tais como a revolução tecnológica, a expansão do processo de mercantilização e burocratização das relações sociais, o consumismo, as modas sucessivas, complementam este quadro. O aumento gigantesco da produção de bens de consumo e a expansão de empresas e instituições que mercantilizam serviços sociais são possibilitados tanto pela revolução tecnológica quanto pela necessidade do capitalismo de desviar os investimentos aplicados em meios de produção para meios de consumo, como forma de evitar um crescimento da composição orgânica do capital e de conseguir manter a reprodução ampliada do capital através da reprodução ampliada do mercado consumidor.

A produção de necessidades fabricadas é uma estratégia do capital para ampliar o mercado consumidor e

assim garantir sua reprodução ampliada. Entre estas necessidades fabricadas se encontra a obsolescência planejada das mercadorias (lâmpadas, eletrodomésticos, etc., que têm o seu tempo de vida útil diminuído), os produtos descartáveis, os produtos tecnológicos de consumo tanto pessoal quanto industrial, que são em pouco tempo superados por outros mais sofisticados (computadores, programas de computadores, aparelhagem eletrônica em geral) e as modas sucessivas (roupas, músicas, etc.). O que diferencia o regime de acumulação anterior – intensivo-extensivo – para o atual – integral – é que isto é intensificado, ampliado. A cultura mercantil se torna ainda mais mercantilizada, a sucessão das modas culturais se torna mais veloz, criando um mundo de cultura descartável, cada vez mais superficial, consumível, etc. E isto não apenas no que os elitistas chamam de “cultura de massas”, mas em todas as esferas culturais, incluindo aí a cultura acadêmica, científica, filosófica. As modas acadêmicas, mesmo sendo apenas submodas, já que o pensamento científico, filosófico, etc., não possui um repertório e nem os ideólogos e reprodutores de ideologias possuem criatividade o suficiente para realizar mudanças mais drásticas, mas apenas remendos, mudanças formais (a mais comum é mudar as palavras e manter quase que intacto o conteúdo), misturas ecléticas, etc.

Isto é a modernidade nos dias de hoje. Como se pode notar, continuamos submetidos ao reino da mercadoria. A modernidade é marcada por um período difícil e isto provoca a ofensiva do capital que, por sua vez, tende a radicalizar as lutas de classes. Assim, caminhamos para uma crise da modernidade, ou seja, para uma crise do modo de produção capitalista. Isto abre amplas perspectivas para a revolução e a instauração da autogestão social.

Podemos, agora, retornar à questão da pós-modernidade. As sociedades atuais são modernas e não pós-modernas. A própria ideologia pós-moderna é um produto da produção mercantil. Ela faz parte das ondas sucessivas de consumo cultural produzidas pelo capitalismo, ou seja, é mais uma moda cultural que sustenta o mercado editorial e artístico e, desta forma, enriquece ainda mais certas frações da classe capitalista, do que qualquer outra coisa. Desta forma se vê o quão moderno são os nossos “pós-modernos”!

A razão de ser desta ideologia, que na verdade somente em sua auto-imagem ilusória poderia ser chamada “pós-moderna” (Viana, 2009) – pois é moderna e uma conceituação mais adequada seria, na esfera artística, pós-vanguardismo, e, na esfera científica, “pós-estruturalismo” – não é apenas mercantil. Os meios oligopolistas de comunicação incentivam e reproduzem estas ideologias e seus subprodutos, mas além de cultura descartável e mercantil, as ideologias pós-estruturalistas e a arte “pós-vanguardista” também possuem um caráter político. Em muitos casos ela é abertamente uma apologia da sociedade capitalista<sup>4</sup>, da qual os pós-estruturalistas retiram o seu sustento e o seu conforto em troca de migalhas. Troca-se ideologias e seus subprodutos por dinheiro. Individualismo, hedonismo, consumismo, são algumas palavras que caem como uma luva no pós-moderno. Porém, além de ser uma expressão da cultura mercantil, as ideologias pós-estruturalistas são produtos das lutas de classes mais diretamente, consistindo numa contra-revolução cultural preventiva (Viana, 2009).

O pós-estruturalismo retoma, isolando e despolitizando, os temas das lutas operárias e estudantis do final da década de 60, quando houve uma

ascensão das lutas sociais e das concepções revolucionárias que se opuseram ao conservadorismo, reformismo e crítica resignada existente. Assim, a crítica do cotidiano de Debord, Lefebvre e outros se transformou em apologia ou descrição dele; a sua inserção no interior da sociedade capitalista e seu papel político é ocultado e esquecido, produzindo seu isolamento e despolitização (Viana, 2009). A crítica da razão instrumental realizada pela Escola de Frankfurt se transforma no irracionalismo e abandono da razão em geral; a contestação estudantil e operária de partidos, sindicatos, estruturas burocráticas se transforma em recusa da organização em geral; o questionamento das vanguardas e da representação se transforma em individualismo desmobilizador, em isolamento das lutas e da auto-representação de grupos isolados.

Mas, no final das contas, onde a ideologia pós-estruturalista rompe com a ideologia moderna? Podemos dizer que é no descaramento e cinismo aberto dos pós-estruturalistas em relação ao recato da maioria dos modernos. Mas isto é apenas uma questão superficial e que não retrata mais que aspectos formais, embora revele por detrás de si uma ofensiva ideológica da burguesia e não seja comum a todos os pós-estruturalistas, que podem ser divididos em tendências diferentes (Viana, 2009).

O rompimento com a modernidade por parte dos ideólogos pós-estruturalistas consiste em criar um modernismo que seria homogêneo e um substituto também homogêneo, no qual o primeiro seria a “idade das trevas” e o segundo uma “idade das luzes”, mas sem “iluminismo”. Alguns ideólogos sustentam que a grande ruptura com a modernidade ocorre na epistemologia. Aí surge a oposição entre holismo e individualismo metodológico, racionalismo e irracionalismo,

<sup>4</sup> Veja, por exemplo: Baudrillard (1986).



iluminismo e romantismo. Isto, entretanto, não se sustenta diante de uma análise histórica, pois basta conhecer a obra de vários autores “modernos”, tal como Max Weber, Georg Simmel, F. Nietzsche, Wilfredo Pareto, entre outros, para se observar que a “metodologia pós-estruturalista” já existe há alguns séculos e é tão moderna quanto o positivismo naturalista clássico, com sua busca de neutralidade axiológica, que sob nova forma reaparece no pós-estruturalismo: o relativismo (Viana, 2000).

Na verdade, o pós-modernismo significa apenas uma outra ideologia moderna, isto é, burguesa. Ela resgata posições modernas, embora marginais, antigas, e inventa novas ideologias. O pós-estruturalismo possui uma diversidade de ideologias no seu interior, tal como os supermercados possuem suas prateleiras cheias do mesmo produto, mas com marcas diferentes. A marca é o diferencial que ocorre na competição no mercado capitalista de ideologias. Uma grande diversidade de teses e linguagens, para diversos nichos de consumidores. Existem os pós-estruturalistas críticos (Foucault, Deleuze, Guattari); os ecléticos (Antonio Negri, Lazzaratto) e os conservadores (Rorty, Baudrillard, Maffesolli).

O que há de comum em todos eles é o seu discurso (falso) de superação das idéias modernas (que, como já dissemos, se torna um todo homogêneo, o que serve para incluir o marxismo, seu principal alvo no final das contas) e, em alguns casos, da sociedade moderna. A idéia de sociedade pós-industrial, pós-moderna, de modo de produção pós-fordista (o que não quer dizer nada, pois resta saber o que veio depois do fordismo...) – identificado com pós-capitalismo, tal como no caso de Negri (Viana, 2009). A superação do estruturalismo, do marxismo, do

freudismo e do existencialismo<sup>5</sup> é a chave para se compreender o processo da ideologia pós-estruturalista que parte para uma concepção que recusa as concepções fundadas na totalidade ou no racionalismo.

O ecletismo assume papel importante e tudo passa a ser válido, tal como na luta intercapitalista e nos ringues de luta livre: vale tudo. Em uma de suas tendências, o ecletismo se torna o elemento principal. Assim, o que unifica todas as diversas tendências pós-estruturalistas é sua negação do “modernismo”, ou seja, do marxismo (fundamentalmente), do estruturalismo e do existencialismo, ou seja, das concepções que tinham força no regime de acumulação anterior, e todas as outras. Esta negação, no entanto, é relativa, pois qualquer um pode recuperar qualquer coisa destas concepções, *o que não se pode é aceitá-las na totalidade*. E embora existam os que fazem isto, eles não são pós-estruturalistas e nem são bem vistos por estes.

Logo, modernidade e pós-modernidade são construtos da ideologia pós-estruturalista ou de outras ideologias e por isso não são vistas como o que realmente são: expressões da sociedade burguesa. Na perspectiva marxista, a modernidade é o capitalismo e a pós-modernidade não existe. O modernismo, em ciências humanas, é algo inexistente, e o pós-modernismo também. Restam ideologias que surgem na modernidade atual, ou “modernidade recente” (Young, 2002), que se automeiam como querem e iludem os desavisados. Estas ideologias, entre elas o pós-estruturalismo (pois não se pode esquecer que apesar do discurso pós-estruturalista, o marxismo, o positivismo naturalista,

<sup>5</sup> Estas concepções são “superadas” parcialmente, pois o pós-estruturalismo recupera aspectos das tendências anteriores, embora o marxismo e o freudismo só sejam recuperados (e deformados) pelas tendências críticas ou ecléticas do pós-estruturalismo.

entre outras concepções que eles rotulam de “modernas” continuam a existir e renovar).

E o marxismo? Ora, não é difícil perceber que o marxismo é uma crítica da sociedade burguesa e, por conseguinte, da modernidade. Ele é uma crítica do capitalismo e de suas ideologias, sejam elas iluministas, românticas, racionalistas, irracionais, individualistas, holistas, etc.

*Disto se conclui que, se existe hoje uma concepção pós-moderna, esta só pode ser o marxismo. Neste sentido, o marxismo é uma crítica da modernidade e por isso ele pode reconhecer suas contradições e apontar para um mundo realmente pós-moderno, que é a sociedade autogerida.*

A real oposição não se encontra entre modernidade e pós-modernidade (no sentido corrente destes termos) e sim entre classe capitalista e classe operária, que no plano das idéias se manifesta como oposição entre ideologias burguesas (modernas e “pós-modernas”) e o marxismo, entre diversas outras formas de manifestação da cultura burguesa e da cultura proletária.

A teoria marxista pode reconhecer a tendência histórica da superação do capitalismo e observar a aproximação de uma crise da modernidade. A modernidade, ou seja, a sociedade burguesa, encontra-se num período de pré-crise, o que significa que há uma forte tendência ao desencadeamento de uma nova grande crise do capital, e alguns sintomas começam a se manifestar.

Usar o termo “crise do capital” hoje seria banalizar o conceito e lhe retirar o significado. Preferimos caracterizar o atual período de pré-crise da modernidade (capitalismo), o que significa que *se caminha para uma crise* e esta se caracteriza não só pelas dificuldades de reprodução do capital mas, principalmente, que ela se tornará

cada vez maior<sup>6</sup> e isto expressa a possibilidade de revolução através da ação revolucionária do proletariado em conjunto com as demais forças revolucionárias existentes no interior desta sociedade no sentido de instaurar a autogestão social.

---

<sup>6</sup> A reprodução do capitalismo enquanto modo de produção tende a ficar cada vez mais difícil com o seu desenvolvimento histórico, pois a cada regime de acumulação suas estratégias de adaptação vão se esgotando. Podemos dizer que o regime de acumulação integral é o último suspiro do capitalismo e que, uma vez entrando em crise, somente uma derrota do proletariado através da retomada do fascismo e da guerra poderá impedir a transformação social, ou então a implantação de um capitalismo estatal mundial, hipótese remota – principalmente depois da crise do capitalismo estatal e do enfraquecimento das ideologias e forças políticas que são sua expressão – ou de um modo de produção burocrático, o que significaria, neste último caso, a derrota do proletariado e sua abolição, instituindo uma nova forma de exploração e novas classes exploradoras e exploradas.

## Referências

BAUDRILLARD, Jean. *América*. Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

MARX, K. *O Capital*. 3ª edição, Vol. 1, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. In: LASKI, H. J. *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1978

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania: A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo, Idéias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *O Fim do Marxismo e outros ensaios*. São Paulo, Giz, 2007.

YOUNG, Jock. *A Sociedade Excludente: Exclusão Social, Criminalidade e Diferença na Modernidade Recente*. Rio de Janeiro, Revan, 2002.